

Em debate



CONAE 2014: SOCIEDADE DISCUTE EDUCAÇÃO

[pág 8]



40% DOS MUNICÍPIOS AINDA NÃO PAGAM O PISO

[pág 9]



Julho de 2013

30 de Agosto

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br

Avante!



FRANCIELY CAMILO

Manifestações cobram mais recursos para a educação

Os movimentos sociais também definiram como prioridade a reforma política e a democratização dos meios de comunicação

[pág 12]

Primeiro semestre de conquistas, mas a luta continua!

30% de hora-atividade, mudanças na carreira dos(as) funcionários(as), pagamento da data-base e do PSPN, além da última parcela da equiparação, foram importantes conquistas resultantes da luta. [págs 3 e 4]

Cadê o pagamento das promoções?

Governo deve mais de R\$ 25 milhões aos trabalhadores(as) em educação [pág 5]

3 de agosto: Assembleia Estadual da APP-Sindicato

EDITORIAL

Para além das conquistas do primeiro semestre, o segundo inicia com desafios

Nossa luta garantiu que o retorno às aulas viesse acompanhado dos 30% de hora-atividade, da data-base e do Piso Nacional implementados, além da aprovação de melhorias na carreira dos funcionários. Todos os itens importantes da nossa pauta sindical. Ademais, com a recente aprovação do Projeto de Lei nº 11/2013 tivemos a confirmação do pagamento, para o mês de outubro, da última parcela da equiparação salarial. Assim, iremos concretizar uma luta que travamos há muito tempo: o salário inicial de um professor será igual ao salário inicial das demais carreiras que exigem o título de ensino superior do Estado. Uma histórica conquista!

A luta não para!

Como sempre, a luta pela valorização dos tra-

balhadores em educação não pode dar tréguas. É preciso celebrar as recentes conquistas e, ao mesmo tempo, unir forças para superar os desafios que temos. Dentre estes, a efetivação de um novo modelo de atendimento à saúde, o pagamento das promoções em atraso, a nova oferta do cargo de 40 horas, o enquadramento dos aposentados no Nível II, alterações no contrato PSS, entre outros.

Assembleia estadual da APP

Assim, para avançarmos juntos e de forma organizada, a APP realizará no próximo dia 03 de agosto assembleia estadual. Lá, vamos organizar coletivamente os próximos passos da nossa luta e preparar mais um '30 de Agosto' histórico para que a pauta da educação ocupe as ruas.

Melhorar o país

As manifestações ocorridas em todo país demonstram a vontade da população em participar da definição dos rumos da nação. O Brasil melhorou, mas pode melhorar ainda mais. E para tanto, é fundamental fortalecer as políticas públicas. Os primeiros resultados já são visíveis. Um deles é a ampliação dos recursos para a educação. Assim, temos hoje a oportunidade histórica de construir uma política sólida para a educação brasileira.

Um bom retorno às aulas!

Direção Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas

*ATUALIZADA COM 0,6% - MAIO/2013 (Lei Complementar 150 de 29/08/2012)

		Classes										
	NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	(76) 2.393,26	(77) 2.512,93	(78) 2.638,57	(79) 2.770,50	(80) 2.909,03	(81) 3.054,48	(82) 3.207,20	(83) 3.367,56	(84) 3.535,94	(85) 3.712,74	(86) 3.898,37
Especialização	Nível II	(65) 1.399,29	(66) 1.469,26	(67) 1.542,72	(68) 1.619,86	(69) 1.700,85	(70) 1.785,89	(71) 1.875,18	(72) 1.968,94	(73) 2.067,39	(74) 2.170,76	(75) 2.279,30
Lic. Plena	Nível I	(54) 1.119,43	(55) 1.175,41	(56) 1.234,18	(57) 1.295,88	(58) 1.360,67	(59) 1.428,71	(60) 1.500,15	(61) 1.575,16	(62) 1.653,91	(63) 1.736,61	(64) 1.823,44
Lic. Curta	Nível Esp. III	(43) 951,52	(44) 999,09	(45) 1.049,05	(46) 1.101,50	(47) 1.156,56	(48) 1.214,41	(49) 1.275,13	(50) 1.338,88	(51) 1.405,83	(52) 1.476,12	(53) 1.549,92
Lic. Curta	Nível Esp. II	(32) 839,58	(33) 881,55	(34) 925,63	(35) 971,91	(36) 1.020,51	(37) 1.071,53	(38) 1.125,11	(39) 1.181,37	(40) 1.240,43	(41) 1.302,45	(42) 1.367,58
Magistério	Nível Esp. I	(21) 783,60	(22) 822,78	(23) 863,92	(24) 907,70	(25) 952,47	(26) 1.000,10	(27) 1.050,10	(28) 1.102,61	(29) 1.157,74	(30) 1.215,63	(31) 1.276,41

Mensalidade APP: R\$ 35,26 (4,5% - Classe 1 - Nível Especial I)

Auxílio transporte (AT): R\$ 326,55 (24% - Classe 5 - Nível I)

*Percentual sobre tabela já reajustada com 6,49% relativo à data-base

Tabela Salarial dos Funcionários (as)

Agente Educacional I				Agente Educacional II			
Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$
1	834,90	10	1.167,92	19	1.633,76	28	2.285,43
2	866,63	11	1.212,31	20	1.695,86	29	2.372,27
3	899,57	12	1.258,37	21	1.760,29	30	2.462,41
4	933,76	13	1.306,18	22	1.827,17	31	2.555,97
5	969,23	14	1.355,83	23	1.896,62	32	2.653,12
6	1.006,05	15	1.407,35	24	1.968,69	33	2.753,92
7	1.044,29	16	1.460,82	25	2.043,50	34	2.858,59
8	1.083,97	17	1.516,34	26	2.121,14	35	2.967,21
9	1.125,16	18	1.573,96	27	2.201,76	36	3.079,96

Auxílio transporte: R\$ 248,97

Tabela Salarial do QPPE do Estado do Paraná

Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente de Profissional		
Ref.	III	II	I	III	II	I	III	II
1	R\$ 834,91	R\$ 1.304,28	R\$ 2.037,50	R\$ 1.252,37	R\$ 1.974,70	R\$ 3.113,64	R\$ 3.005,70	R\$ 4.827,04
2	R\$ 864,14	R\$ 1.349,92	R\$ 2.108,81	R\$ 1.296,20	R\$ 2.043,80	R\$ 3.222,62	R\$ 3.110,89	R\$ 4.995,98
3	R\$ 894,38	R\$ 1.397,18	R\$ 2.182,61	R\$ 1.341,58	R\$ 2.115,34	R\$ 3.335,41	R\$ 3.219,77	R\$ 5.170,83
4	R\$ 925,69	R\$ 1.446,07	R\$ 2.259,01	R\$ 1.388,52	R\$ 2.189,39	R\$ 3.452,15	R\$ 3.332,47	R\$ 5.351,82
5	R\$ 958,08	R\$ 1.496,68	R\$ 2.338,07	R\$ 1.437,12	R\$ 2.266,01	R\$ 3.572,96	R\$ 3.449,10	R\$ 5.539,14
6	R\$ 991,62	R\$ 1.549,07	R\$ 2.419,91	R\$ 1.487,43	R\$ 2.345,31	R\$ 3.698,02	R\$ 3.569,81	R\$ 5.733,01
7	R\$ 1.026,33	R\$ 1.603,28	R\$ 2.504,61	R\$ 1.539,48	R\$ 2.427,41	R\$ 3.827,46	R\$ 3.694,75	R\$ 5.933,66
8	R\$ 1.062,24	R\$ 1.659,39	R\$ 2.592,89	R\$ 1.593,37	R\$ 2.512,38	R\$ 3.961,41	R\$ 3.824,08	R\$ 6.141,33
9	R\$ 1.099,42	R\$ 1.717,48	R\$ 2.682,98	R\$ 1.649,12	R\$ 2.600,29	R\$ 4.066,48	R\$ 3.957,91	R\$ 6.356,29
10	R\$ 1.137,90	R\$ 1.777,58	R\$ 2.776,90	R\$ 1.706,86	R\$ 2.691,31	R\$ 4.243,56	R\$ 4.096,45	R\$ 6.578,77
11	R\$ 1.177,74	R\$ 1.839,81	R\$ 2.874,09	R\$ 1.766,59	R\$ 2.785,51	R\$ 4.392,10	R\$ 4.239,82	R\$ 6.809,01
12	R\$ 1.218,95	R\$ 1.904,20	R\$ 2.974,69	R\$ 1.828,42	R\$ 2.882,99	R\$ 4.545,81	R\$ 4.388,23	R\$ 7.047,33

AGENDA 2013**Julho**

21 a 23 - 2ª etapa estadual da Escola de Formação Sindical.

25 e 26 - Semana Pedagógica.

24 a 27 - Encontro Nacional do Departamento de Funcionários - DEFE, em Maceió/AL - CNTE.

29 - Retorno às aulas.

Agosto

02 - Conselho Estadual da APP-Sindicato.

03 - Assembleia Estadual da APP-Sindicato, em Curitiba.

07 - Dia Estadual do(a) Funcionário(a) da Educação.

07 - Reunião da Executiva da CNTE.

07 a 10 - 12ª Jornada de Agroecologia, na Escola Milton Santos, em Maringá.

08 e 09 - Reunião do Conselho Nacional de Entidades da CNTE, em Brasília.

11 - Dia dos/as Estudantes.

15 a 17 - X Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnicorracial do Paraná, em Toledo.

20 - Audiência Pública sobre o reenquadramento de Professores(as) Aposentados(as) ao Nível II da Carreira. Org. Mandato do Dep. Professor Lemos e APP-Sindicato.

25 a 31 - 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial Mulheres - FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO, no Memorial da América Latina, em São Paulo (SP).

29 a 30 - Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador Brasília - CNTE.

30 - Dia de LUTO e LUTA da Educação Pública Paranaense.



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiação à CUT e à CNTE

Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Comunicação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 55 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Administração e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Secretária de Comunicação • Mario Sergio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Secretária de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Sec. de Saúde e Previdência.

Luta neste primeiro semestre trouxe avanços

Agora, é hora de reorganizar a pauta e definir estratégias para o segundo semestre

Nas últimas semanas, mobilizações têm levado milhares de pessoas às ruas do país. Para muitos, esta é a primeira vez que se manifestam publicamente. Mas não é o caso da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação da rede estadual do Paraná. A rua já é nossa conhecida e companheira de luta. Foi também nela que garantimos cada 'palmo' que conseguimos avançar nos seis primeiros meses deste ano. E analisando os resultados alcançados pelos embates empreendidos pela categoria, é evidente que o saldo é positivo.

Vale lembrar que 2013 começou sob a expectativa de uma greve na educação, prevista para ocorrer em março. Os motivos que levariam à paralisação eram vários. Como prioridade, ele-

gemos, na época, a aprovação das alterações na carreira dos funcionários da Educação, a aplicação do 1/3 da jornada como hora-atividade, a implementação do reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) no Estado e uma proposta de atendimento à saúde dos servidores.

Com o desenrolar das negociações, conseguimos a reformulação do Plano de Carreira dos(as) funcionários(as) da Educação (saiba mais na matéria da página 6), através da Lei Complementar nº 156/2013. Outra vitória importante foi a aprovação da Lei Complementar nº 155/2013 (que incluiu o 1/3 de hora-atividade no Plano de Carreira do Magistério do Paraná). A implantação, em julho, de 30% de hora-atividade (além do compromisso de atingir os 33% em janeiro de

2014) é outra conquista, em especial por ser baseada no entendimento correto da Lei do Piso: é sobre hora-aula, não hora-relógio.

Também foi aprovado, no início de julho, o percentual que garante a implementação na folha deste mês do valor do Piso nos salários do magistério estadual (retroativo a maio), além de definir, para outubro, o pagamento da última parcela da equiparação salarial (3,94%). A correção do Piso (0,6%), somada ao pagamento da data-base (6,49%), arrancado a duras penas em junho (também retroativo a maio), resultou nos 7,115%, o valor necessário para se alcançar o Piso no Estado. Tudo isto é resultado da nossa luta, organizada pela APP-Sindicato.

Apesar de todos os problemas, exaustivamente apontados pela APP nas reuniões realizadas com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), também foi um feito importante a realização de um novo concurso do magistério neste semestre. Inclusive para a concretização da hora-atividade no Paraná. A APP defendeu desde o início que o concurso fosse realizado por uma instituição de ensino superior pública, com capacidade para organizar um processo desta envergadura, mas, infelizmente, isto não ocorreu. Agora, a entidade acompanha a realização das fases do certame e tem cobrado do governo celeridade no processo.

Conquistas do primeiro semestre

- :: Melhorias na carreira dos(as) funcionários(as) da Educação
- :: Pagamento da data-base em parcela única (6,49%)
- :: Implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (0,6%)
- :: Lei garantindo o pagamento, em outubro, da última parcela da Equiparação Salarial (3,94%)
- :: 30% de hora-atividade em julho
- :: Aprovação dos 33% de hora-atividade e inclusão no plano de carreira do magistério
- :: Garantia da constitucionalidade do Cargo de 40 Horas

Assembleia da APP e Dia de Luto e Luta da Educação

No dia 3 de agosto, os(as) educadores(as) realizam uma assembleia estadual da categoria em Curitiba. Na ocasião, um dos pontos principais que será debatido é a organização e realização do "30 de agosto – Dia de Luto e de Luta da Educação do Paraná". Este ano, o '30 de agosto' acontece em um momento histórico do país, com a ida de vários segmentos da sociedade às ruas. Além disso, em 2013, completam-se 25 anos da histórica mobilização do dia 30 de agosto de 1988. Vamos, mais uma vez, mostrar a força da educação e a importância das nossas reivindicações para o conjunto da sociedade.



Nem a violência conseguiu abalar a determinação dos educadores(as) na mobilização de 1988



LEANDRO TAQUES

Pauta da luta no segundo semestre –

No segundo semestre de 2013, precisamos estar focados naquilo que ainda não conseguimos. No dia 3 de agosto haverá uma assembleia estadual da APP (acompanhe no portal da entidade as informações sobre local e horários). Na ocasião, a categoria vai decidir os próximos passos, em especial para a cobrança das promoções e progressões em atraso (a estimativa é que o governo deva mais de R\$ 25 milhões aos educadores e educadoras), bem como a definição do governo sobre o novo sistema de atendimento à saúde dos servidores (leia mais na página 10), enquadramento dos aposentados no Nível II, alterações nos contratos PSS e o debate democrático sobre a matriz curricular, além de outros pontos importantes.

Nesta análise que deverá ser feita, a categoria deverá considerar a forma como este governo vem elencando suas prioridades. O viés privatista desta gestão é inegável. Prova disso é o famoso, e polêmico, projeto ‘Tudo Aqui Paraná’, uma proposta do Executivo que pretende privatizar o atendimento de 171 diferentes serviços, de 34 órgãos públicos e instituições semelhantes, por um período de 25 anos (prorrogáveis por mais 25) ao custo estimado de R\$ 3 bilhões. A ideia só não prosperou porque os deputados de oposição na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), apoiados pelos movimentos sindical e social, fizeram um tremendo barulho. No entanto, a proposta pode voltar.

Paralelamente, enquanto se propõe ‘torrar’ bilhões em um projeto de parceria público-privada obscuro, o Estado – como vem denunciando há anos o Fórum das Entidades Sindicais (FES) – permanece sem pagar a sua parte ao fundo previdenciário dos servidores (saiba mais na página 5). De acordo com o Fórum, a dívida do governo com a ParanaPrevidência, só este ano, beira os R\$ 600 milhões. E a coisa se torna ainda mais dramática quando o Poder Executivo envia à Alep uma proposta em que parcela o



pagamento desta dívida em 60 vezes. O projeto, se aprovado, cria um precedente perigoso, pois o Estado poderá estender o parcelamento e repetir a mesma tática caso volte a atrasar sua parte.

Em vista de todo o cenário, é essencial que estejamos atentos e preparados para manter a luta, pois apenas com ela garantimos nossos avanços e a defesa dos nossos direitos.



Com constitucionalidade garantida, sindicato cobra nova oferta do cargo de 40 horas

Após o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná ter reconhecido, por 14 votos a 9, a constitucionalidade da legislação estadual da dobra de padrão (Decreto 4213/2009), os dirigentes da APP solicitaram à Secretaria de Estado da Educação a instituição de uma comissão de trabalho entre governo e sindicato para a efetivação de uma nova oferta do cargo de 40 horas.

A dobra de padrão é importante para a implementação, o mais rápido possível, dos 33% de hora-atividade e a consequente melhoria da qualidade da educação pública. O sindicato

defende que uma nova etapa da dobra seja ofertada ainda este ano, após a posse dos aprovados no concurso ainda em andamento.

A apreciação do TJ foi numa ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE), que sustentava existir incompatibilidade entre o Plano de Carreira dos Professores (em seu artigo 29, § 2º), o Decreto 4213 e a Constituição Estadual, que dispõe que o ingresso em cargo ou emprego público deve ser feito apenas por concurso.

Na causa, o sindicato se tornou, durante o processo, *amicus curiae*. Isto significou que, embora

o Estado fosse o alvo da ação, a APP ajudou a defender a tese da constitucionalidade, já que existia interesse por parte dos professores. Ao final, a ação do MP foi julgada improcedente. A decisão, relatada pelo desembargador Edson Vidal Pinto, atestou não haver “violação à regra do concurso público, mas atendimento ao princípio da eficiência, permitindo-se a manutenção do quadro funcional, com professores já adaptados ao sistema de ensino, além de maior economia administrativa ante a desnecessidade de despesas com a criação e o provimento de novos cargos públicos para suprir sua demanda inicial”.

Governador: cadê o pagamento dos avanços?

A negociação entre governo do Estado e APP-Sindicato está travada num ponto central: o pagamento de promoções e progressões em atraso. Segundo o diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação (Seed), Jorge Wekerlin, não há previsão para o pagamento do valor devido, que já soma mais de R\$ 25 milhões e tende a se avolumar. A informação traz indignação à categoria, pois, além de direito certo dos trabalhadores, seu pagamento havia sido colocado como prioridade pelo secretário Flávio Arns.

No 'Dia D', quando a categoria se mobi-

lizou em todo o Estado pelo atendimento da pauta, a APP reiterou a cobrança pelo pagamento o mais breve possível destes avanços, sobretudo a implantação imediata na carreira, para interromper o crescimento da 'bola de neve' em que vem se transformando esta omissão. A alegação de problemas financeiros não pode servir de pretexto para o governo sonegar aos trabalhadores seus direitos. O sindicato vai continuar exigindo a implantação imediata dos avanços e o pagamento de todos os atrasados.



ALEX RIBEIRO

Débito do Estado com a PRPrevidência já chega a R\$ 600 mi em 2013

Sindicatos tentaram impedir que dívida fosse parcelada e vão à Justiça para responsabilizar gestores que não repassaram recursos ao fundo dos servidores

Os malfeitos do governo com a Parana-previdência – não repasse da contribuição “patronal” e aprovação a toque de caixa do novo plano de custeio – estão mostrando sua cara agora, quando o débito do Estado com o fundo dos servidores chega a quase R\$ 600 milhões, só em 2013. As denúncias do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores (FES) vêm de longa data, alertando sobre a atuação temerária do governo. A tendência, porém, é a situação piorar. Com a reestruturação, a alíquota de contribuição dos servidores subiu de 10% para 11% a partir de abril deste ano. A contrapartida do Estado, que deveria ser igual, não vem sendo repassada.

Diante do quadro preocupante, o FES decidiu que buscará na Justiça a responsabilização dos gestores antigos e atuais do sistema. A entidade pedirá a inelegibilidade e o bloqueio dos bens dos responsáveis por colocar a ParanáPrevidência nesta situação. O Fórum também já solicitou a intervenção do Ministério da Previdência

e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). “O que os sindicatos exigem é que o governo honre a sua parte, pois os servidores nunca deixaram de cumprir a deles; não podemos permitir que a omissão e os erros do Estado tornem o nosso fundo inviável”, destacou o secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, professor Idemar Beki.

Parcelamento – O novo capítulo nesta novela é que, agora, o Estado conseguiu aprovar, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), um projeto de lei que o autoriza a parcelar em até 60 vezes a dívida com a previdência. Na primeira semana de julho, o FES entregou um documento aos deputados solicitando a retirada do projeto da pauta. Infelizmente, isso não ocorreu. Entre as críticas feitas pelos sindicatos e parlamentares de oposição sobre a proposta está a de que a mesma criou um precedente para que o Estado estenda o parcelamento e repita a mesma tática caso volte a atrasar sua parte.

Nível II: luta pelo enquadramento de aposentados prossegue

A direção da APP-Sindicato continua reivindicando do governo o enquadramento dos professores que se aposentaram no antigo Nível F6 no atual Nível II da tabela salarial do Plano de Carreira. Um dos principais argumentos utilizados é o do posicionamento favorável da Justiça ao pleito em várias ações impetradas pela APP.

Segundo apontado pela Seed no último encontro com o sindicato, o governo prossegue fazendo o levantamento do número de aposentados que farão jus à reivindicação. Com os números apurados pela Parana-previdência, o governo levantará o impacto financeiro para definir um posicionamento sobre a situação.

Este foi um dos compromissos com a categoria feitos pelo hoje governador Beto Richa durante a campanha eleitoral de 2010. Porém, até hoje a promessa não foi cumprida. A APP, dentro da comissão criada pelo Estado para elaborar alterações no Plano de Carreira de professor e funcionário, apresentou uma proposta de redação, a fim de garantir este direito.

Audiência – No dia 20 de agosto, no plenário da Alep, será realizada uma audiência pública sobre o tema. O debate é uma proposição dos deputados Professor Lemos e Gilberto Martin. A secretária de Aposentados(as), professora Tomiko Kioku Falleiros e demais dirigentes da APP, integrarão o debate.

Luta da APP melhora a carreira dos(as) funcionários(as)

Reconhecimento dos cursos de graduação e especialização na lei do plano de carreira dos funcionários altera a qualidade do trabalho na escola

A escola como um local onde o aprender começa no portão de entrada e se estenda até o minuto final da permanência dos indivíduos(as). A narrativa idealiza um ambiente em que a merendeira é responsável pela educação alimentar dos estudantes. Os profissionais da secretaria são agentes que fazem a circulação da informação entre os Núcleos, a diretoria, os(as) professores, pais e responsáveis e os(as) alunos(as). Nesta instituição, os(as) bibliotecários(as) e técnicos(as) de laboratório fazem a integração dos(as) aprendizes com a cultura e a tecnologia.

Este ideal de instituição educadora está cada vez mais perto de se tornar realidade em todas as escolas do Paraná. Com a aprovação da Lei 156/2013, em maio de 2013, os(as) agentes educacionais terão uma mudança significativa no plano de carreira: os(as) agentes I que forem graduados no Ensino Superior terão um aumento de 19% nos salários, enquanto os(as) agentes II que fizerem especialização terão um acréscimo de 26,6% nos vencimentos. Isto porque, a partir de agora, a formação superior passa a ter validade no Estado. “É o maior avanço alcançado nos últimos anos para a carreira dos funcionários da Educação”, confirma a presidenta da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho.

É no Colégio Estadual Hildebrando de Araújo, em Curitiba, que trabalham as secretárias Marli Aparecida Alves de Cordeiro e Marialba Silva Antunes Rodriguez, agentes educacionais há 17 e 15 anos, respectivamente. Elas relatam como foi na escola o impacto da aprovação da lei que altera o Quadro dos Funcionários da Educação Básica (QFEB). “Podemos ser educadores de forma espontânea. Mas, precisamos ir além, precisamos ter conhecimento para intermediar relações e propor soluções. É uma conquista da categoria, mas também de toda sociedade, estamos consolidando esta concepção de funcionários como educadores”, comenta Marli ao explicar a rotina do Colégio.

“A mudança na estrutura familiar é visível. Nestes 15 anos, vemos que as famílias estão mudando e isso se reflete aqui, direto na escola. Para lidar com Educação, você tem que ter um aperfeiçoamento para tratar de situações específicas, com naturalidade e profissionalismo. Você

tem que conseguir chegar até eles de alguma forma”, avalia Marialba.

Reconhecer, no plano de carreira, os estudos dos funcionários é um salto salutar na qualidade do ensino, pois amplia conhecimento técnico, prático e teórico dos profissionais da educação. “O bacana é que agora, a gente também busca incentivar aos outros colegas para que busquem formação. O desejo é ver todo mundo crescer junto”, complementa Marli.

Para a APP, só a união, a luta, a organização e a determinação da categoria são capazes de

garantir avanços. O secretário de Funcionários da entidade, José Valdivino de Moraes, explica a dimensão do projeto: “serão profissionais atuando como educadores em todos os cantos da escola. Estimamos que de início, aproximadamente,

“Estimamos que de início, aproximadamente, 15 mil profissionais receberão o benefício.”

José Valdivino de Moraes, secretário de Funcionários da APP-Sindicato

te, 15 mil profissionais receberão o benefício. Agora, o próximo passo é a garantia da oferta do curso superior de Tecnologia em Processos Escolares, no qual a APP-Sindicato e a CNTE já trabalham em conjunto”, adianta o secretário.

O que a lei garante?

A lei 156/2013 define novos termos de progressão, que garantem um avanço de até três classes a partir de agosto de 2014 e, em agosto deste ano, uma classe para os(as) ocupantes de cargos efetivos e que já tenham passado pelo estágio probatório (que significará um incremento de 3,8% nos salários). Para 2013, está mantida a progressão de duas classes (para aqueles que têm este direito por ser um ano ímpar). Com relação ao pagamento dos avanços em atraso desde o ano passado, a APP continua cobrando que o governo salde esta dívida.

Conforme acordado com a APP-Sindicato, durante o processo de votação do PL de alterações na carreira dos funcionários, o governo elaborou uma resolução estabelecendo o recesso nas escolas durante o período de 24 de dezembro a 1º de janeiro de cada ano.

O que mais vai mudar?

Além do reconhecimento da graduação (para o agente I) e a pós-graduação (para os agentes



Marli e Marialba se anteciparam à aprovação do projeto de lei e concluem, em 2014, o curso de Secretariado Executivo. O esforço renderá um acréscimo de mais de 26% nos rendimentos mensais

II) para fins de avanço na carreira, a alteração no QFEB garante outras conquistas aos(as) agentes. Os funcionários e funcionárias de escola passam a ter direito ao Concurso de Remoção (deixa de existir o sistema de concessão pelos chefes imediatos). As atribuições de cada função também estão incluídas no descritivo do plano, esclarecendo assim, quaisquer dúvidas sobre o que é e o que não é atribuição de cada agente educacional.

O que fazer para conseguir o benefício?

Com a sanção e publicação da lei, os profissionais que têm graduação e/ou especialização podem comparecer aos Núcleos Regionais de Educação (NREs) para protocolar uma cópia do contracheque, uma cópia do diploma e o certificado original comprovando a escolaridade.

7 de agosto
Dia Nacional e Estadual dos(as)
Funcionários(as) da Educação

Parabéns, companheiros(as), pelo importante e valioso trabalho desenvolvido nas escolas. Vocês fazem a diferença!

Não dá mais: educadores(as) exigem novo modelo de saúde!

Categoria não aceita desculpas do governo e reivindica que Richa cumpra palavra e constitua novo sistema de atendimento

No terceiro ano da atual gestão no governo estadual, a proposta de um novo modelo de atendimento à saúde que substitua o falido SAS ainda está no papel. E não é por falta de empenho da parte dos servidores estaduais. Só nos últimos três anos, a Comissão de Saúde do Fórum das Entidades Sindicais (FES) tem discutido exaustivamente o tema com o Poder Executivo. Inclusive, a Comissão do Fórum integra, juntamente com o governo estadual, um grupo de trabalho para debater especificamente este item. E na segunda reunião entre o FES e o governo, realizada no dia 17 de junho, finalmente foram apresentadas aos sindicatos as diretrizes para a formação de um novo modelo de atendimento à saúde para os servidores estaduais.

Na ocasião, o grupo não se aprofundou, ainda, sobre qual o valor de coparticipação dos servidores. O FES mantém a defesa de que os servidores com os menores salários tenham condições de participar deste plano, como também os trabalhadores temporários (PSS). Além disso, na reunião foi colocada que a grande preocupação do Fórum, por ser uma das principais reivindicações do conjunto dos servidores, é se o atual governo Beto Richa tem intenção de fato de constituir esse novo modelo de saúde e inves-

tir mais que o dobro do que investe no SAS (em torno de R\$ 150 milhões/ano). Apesar de ser um recurso financeiro expressivo, na prática o montante é insuficiente, pois não atende a maioria dos servidores e seus dependentes, em torno de mais de 400 mil pessoas. Na próxima reunião do grupo, que será a terceira, os sindicatos cobrarão uma posição definitiva do Estado a respeito.

O que foi apresentado - Após análise dos modelos de vários Estados, e em vista do estudo atuarial, o diretor da Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap), Wagno Rrigues, defendeu que o novo plano apresente os seguintes critérios: constituir um fundo de saúde, com participação paritária entre governo e servidores, para custear as despesas assistenciais dos servidores e seus dependentes; oferecer consultas e exames (sendo 70% custeado pelo fundo e os outros 30% pelo servidor ao utilizar os serviços); cobertura do fundo de 100% dos custos das internações hospitalares (inclusive órtese, próteses, ressonância magnética etc).

O novo modelo também deverá ter como padrão das acomodações em enfermaria (quartos com dois leitos); plano de autogestão, com patrocinador (gerido pelo governo e servidores); abrangência geográfica em todo o Paraná, ade-



Educadores(as) fizeram enterro simbólico do SAS, em abril, para denunciar o péssimo atendimento

são optativa dos servidores; fator moderador (provavelmente a tabela da CBHPM, na utilização de consultas e exames); pagamentos aos prestadores por procedimentos realizados, e não per capita (como acontece hoje no SAS).

As diretrizes acima apresentadas, na constituição deste plano de saúde, contemplam, na sua maioria, a defesa do FES. Na constituição do fundo de saúde, o Fórum ainda defende uma contribuição maior do governo. O objetivo é criar o chamado 'lastro financeiro', para dar um ponto de equilíbrio ao plano e para cobrir as despesas médico-hospitalares da demanda dos servidores e seus dependentes.

Pesquisa sobre saúde mental dos(as) educadores(as) terá início em agosto!

No último dia 5 de julho, a Secretaria de Saúde e Previdência da APP-Sindicato realizou o II Seminário Estadual de Saúde Mental dos Trabalhadores em Educação. Atividade deu continuidade ao Projeto da Pesquisa Científica de Saúde Mental dos Educadores do Paraná, realizado em parceria com o Núcleo de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (Nesc-UFRP). O objetivo é mapear as doenças mentais e comportamentais que acometem os professores da rede estadual, comprovando o nexo causal entre o adoecimento e condição de trabalho. O professor da UFRP e coordenador do projeto, Guilherme Souza Cavalcanti de

Albuquerque, apresentou a metodologia e a dinâmica da pesquisa, que contemplará escolas estaduais de Curitiba e Região Metropolitana.

O estudo será feito apenas em Curitiba e Região Metropolitana, por comportar realidades que são síntese do que acontece em todo o Estado. Ela será feita por amostragem, num total de 29 municípios, 403 escolas e 18.500 professores. Serão entrevistados aproximadamente seis mil professores (entre estatutários e temporários), no próprio ambiente de trabalho, por uma equipe multidisciplinar e ao longo de três anos. O projeto tem a participação dos núcleos sindicais Curitiba Norte, Curitiba Sul, Metropolitano Norte e Metropolitano Sul.

Segundo o secretário de Saúde e Previdência da APP, professor Idemar Vanderlei Beki, hoje, o nexo causal não é reconhecido pela perícia médica do Estado.

"Sendo assim, é imprescindível a comprovação científica da relação entre doença e trabalho, que tem por objetivo, ser um instrumento de reivindicação de uma política de prevenção e promoção da saúde dos professores, que resultará em melhoria das condições de trabalho. A aplicação da pesquisa terá início no mês de agosto. As escolas já foram definidas, e a escolha dos professores, será aleatória no desenvolvimento do projeto", explicou.



Conae: o país voltado para a educação

Nas diversas etapas da conferência, defesa da educação tem de passar da retórica à prática

O discurso de que “a educação é importante” se tornou lugar-comum nas bocas de gente das mais diversas formações, orientações políticas e grupos de interesse. Agora, porém, o país vive um momento em que pode finalmente transformar esta obviedade em políticas públicas efetivas, concretas, para uma educação de qualidade: até fevereiro do ano que vem, as etapas da Conferência Nacional da Educação (Conae) permitirão ao Brasil passar da retórica à prática neste campo.

As etapas municipais, intermunicipais e a etapa estadual – que no Paraná acontece em setembro em Curitiba – são momentos cruciais para que a APP e demais organizações e movimentos comprometidos com a educação de qualidade façam ver suas bandeiras históricas e permanentes de luta transformadas em ações efetivas.

A luta pelos 10% do PIB para a educação tem que estar presente em todas as etapas, em cada momento, pois só com mais verbas poderemos viabilizar a melhoria substantiva na educação para todas/os. Mas não apenas mais recursos são necessários, é preciso lutar, no âmbito da Conae e em todos os espaços, para que a verba pública seja aplicada exclusivamente na educação pública. Agentes privados obviamente estão de olho nas novas fontes de receitas. Por isso precisamos garantir que a educação seja realmente um direito social e que seja gratuita, democrática, inclusiva, laica e de qualidade socialmente referenciada para todas/os, tendo como meta a ser alcançada no menor tempo possível a educação em tempo integral, o que só se consegue com pesados investimentos.

Ainda, para que todos, independentemente de classe, origem ou crença tenham direito à educação de qualidade, precisamos que a Conae trace políticas de respeito à diversidade a serem

consolidadas nos programas, ações e práticas pedagógicas, banindo toda forma de preconceito.

A APP defende historicamente – e na Conae não é diferente – a gestão democrática como um princípio da educação. Também estamos sustentando nas diversas etapas a garantia de ações afirmativas para o acesso e permanência na educação básica e superior dos coletivos sociais que, pelos processos históricos de produção de desigualdades, ficaram à margem de qualquer política pública.

Também é fundamental assegurarmos a distribuição de atribuições entre as esferas de governo (municípios, Estados e União) em matéria educacional e a construção do Sistema Nacional de Ensino com o papel de articular e regular os diferentes sistemas de educação e fazer chegar aos mais distantes pontos do país o respeito aos docentes e a seus direitos consagrados, como o piso e a hora-atividade.

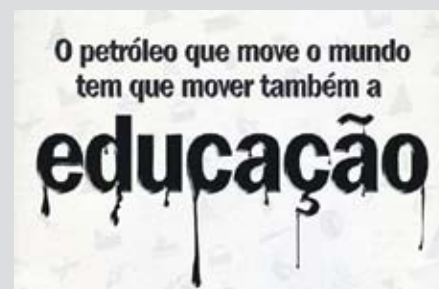
PNE – Um grande desafio, porém, é a demora na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional. A demora na apreciação do plano decenal, que já devia estar valendo a partir de 2011, é motivo de forte inquietação entre os movimentos em defesa da educação, pois compromete o alcance das metas estabelecidas.

Por mais que se aprove rapidamente o projeto de lei, o andamento das políticas nele consagradas já está comprometido, razão a mais para que as decisões da Conae imponham um ritmo acelerado às mudanças de que precisamos na educação do país.

Tramitando no Senado, o texto do Plano conta com algumas modificações controversas em relação ao texto original analisado pelos deputados em outubro do ano passado.

Mais informações: www.cnte.org.br

ROYALTIES



Batalha no Congresso para garantir recursos do petróleo para a educação

Um embate se trava no Congresso Nacional quanto à distribuição dos royalties do petróleo para educação. Substitutos na Câmara e no Senado frustraram a expectativa inicial dos movimentos, encampada pela presidenta Dilma Rousseff, de destinar a totalidade dos royalties para a educação. A saúde que também demanda pesados investimentos, pode ficar com parte dos recursos.

A posição da APP e da CNTE é que seja garantido o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que destina 75% do montante dos recursos dos fundos de participações do pré-sal e dos royalties do regime de concessão, bem como 75% da metade dos recursos destinados ao Fundo Social da União, para a educação pública. Os 25% restantes dessas fontes devem ser aplicados exclusivamente na saúde pública.

Outra questão fundamental refere-se à destinação dos recursos do petróleo exclusivamente para a saúde e à educação públicas. A escola pública é a grande escola do Brasil, que atende 86% das matrículas no ensino básico (creche ao ensino médio). E as novas verbas são imprescindíveis não só para universalizar as matrículas de 4 a 17 anos até 2016.



Cerca de 40% das prefeituras não pagam PSPN

Gestores se escondem atrás da Lei de Responsabilidade Fiscal para sonegar direito dos professores

Cerca de 40% dos municípios paranaenses não pagam o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN, R\$ R\$ 1.567 por 40 horas). A grave situação, detectada pela APP-Sindicato e confirmada pela Associação dos Municípios do Paraná, revela a dificuldade em tornar realidade este direito dos docentes, garantido pela Lei 11.738/2008, que teve sua constitucionalidade confirmada no STF em 2011.

Como observa o diretor de municipais da APP-Sindicato, professor Edilson de Paula, o fato de a organização dos trabalhadores nos municípios ser muito próxima dos gestores fragiliza a articulação dos docentes para a conquista de direitos. Segundo ele, com exceção dos municípios sindicalizados a APP e de alguns que têm sindicatos próprios combativos, nos demais os professores costumam ficar à mercê dos prefeitos e secretários da área.

As prefeituras que não cumprem a Lei do Piso adotam, segundo o professor Edilson, três práticas: alegam que já atingiram o teto de comprometimento das despesas com pessoal e simplesmente deixam de pagar o valor do piso; pagam uma suplementação somente para aqueles que, na carreira, ficam com o salário abaixo do piso, o que acaba gerando um achatamento dos níveis salariais; ou ainda pagam o reajuste do piso a partir do meio do ano, desconsiderando que o novo valor é estabelecido em janeiro (neste caso, o retroativo é simplesmente “esquecido”). Tais situações podem ser agravadas por desequilíbrios nas carreiras, como os que ocorrem em alguns municípios que não reconhecem a atividade dos educadores infantis e pagam a eles salários que chegam à metade de profissionais da educação básica.

As prefeituras alegam que o orçamento dos municípios não dá conta do incremento salarial dos professores, estipulado para todo o país com base no Custo Aluno Qualidade. Por outro lado, como observa o professor Edilson,



• Municipais de Matinhos se manifestam pedindo respeito à Lei do Piso

a complementação financeira, que poderia ser dada pelo governo federal para que os municípios atendessem à Lei do Piso, não tem como legalmente chegar à maior parte deles, pois, no âmbito das administrações locais, o “dever de casa” não foi feito e vige uma série de irregularidades, como a ausência de planos para funcionários e a lotação nas secretarias de Educação de servidores de outras áreas.

Como mostra o professor Edilson, outro agravante nas gestões municipais da educação é a falta de atuação de diversos Conselhos de Fiscalização da Educação, que deixam de cumprir seu papel por desconhecimento da legislação, por pressão política ou ainda por falta de estrutura. “Ainda hoje há muitos conselhos viciados ou inoperantes. Alguns deles não recebem documentos, outros recebem documentação em linguagem inacessível, ou ainda não fiscalizam. No fim, acabam sendo corresponsáveis por ações incorretas tomadas pelos gestores”, assinalou o dirigente.

Saídas – Para se contornar esta situação é necessária a implantação de diretrizes nacionais de carreiras, o que deve ocorrer após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a formação do Sistema Nacional de Educação (SNE). A par disto, é necessária a aprovação da Lei de Responsabilidade Edu-

cacional e a concomitante retirada das despesas com pessoal da Educação do cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. “O que resolve efetivamente é a aplicação de mais recursos na Educação, oriundos de outras fontes, como os royalties do petróleo”, disse o professor Edilson.

De sua parte, a APP luta nos municípios para a criação e renovação de planos de carreira dos educadores que garantam piso, hora-atividade e manutenção da estrutura sem achatamento salarial. Entre os que estão prestes a ser implantados estão os de Mauá da Serra, Santa Lúcia e Reserva, enquanto devem ser revistos os de Marialva, Tibagi, Cafelândia, Guaíra, Santo Antônio do Paraíso e Nova América da Colina.

Principais problemas no pagamento do PSPN nos municípios

- Não pagam o valor devido, alegando terem atingido os limites da LRF.
- Pagamento de suplementação para quem fica abaixo do piso, achatando as carreiras.
- Pagamento do piso no meio do ano, não respeitando o retroativo.

O importante papel do (a) Representante de Escola

Na educação, o local de trabalho é a escola. Neste caso o trabalhador e a trabalhadora se revestem de uma importância extraordinária, pois é através do seu trabalho que pode se dar uma grande ação transformadora da sociedade. Assim, quando organizado, ele (a) não representa somente os seus interesses imediatos, mas os da sociedade e, em especial, os da sua comunidade escolar.

O representante de escola é o elo mais forte e fundamental do Sindicato. Sua função é a de ligar a categoria e a comunidade escolar com o sindicato, trazendo para junto deste as preocupações e os anseios da escola, definindo assim os rumos da ação sindical, fortalecendo a construção da escola pública, democrática, laica e de qualidade.

Neste sentido, precisamos fazer uma reflexão sobre o papel do (a) Representante de Es-

cola, pensar em sua estratégia na construção do referencial político-pedagógico dentro dos princípios da Gestão Democrática, transformar as relações de trabalho em relações solidárias e assim, romper com o individualismo que é próprio do capitalismo, e não da classe trabalhadora.

O trabalho de representar o coletivo de uma escola é também uma tarefa que exige compromisso, energia e disposição. Esse compromisso é fundamental para que toda a categoria defina coletivamente quais as reivindicações e as estratégias para conquistar os direitos que ainda nos faltam.

Os (As) representantes por local de trabalho da APP-Sindicato são eleitos (as) nas escolas. Devendo este representar o seu turno de trabalho e o seu segmento. Esta forma de organização é reflexo da própria estrutura escolar e, dentro

da APP-Sindicato o (a) Representante compõe o Conselho Regional do Sindicato, instância que está acima da Diretoria Regional e isto expressa a democracia interna da APP-Sindicato, pois são os educadores e as educadoras que definem e apontam os caminhos a serem seguidos.

A eleição de Representantes de Escola faz parte de uma Campanha Permanente desenvolvida pela APP-Sindicato. Portanto, se a sua escola ainda não elegeu os/as Representantes para o ano de 2013, organizem o processo de escolha. A Ata para eleger professores/as e funcionários/as representantes encontra-se no site do Sindicato, que deve ser enviada posteriormente para o Núcleo Sindical da APP de sua região.

Mais informações sobre eleições de representantes, no site da APP



Programa de Formação da APP 2013

Atividades seguem para o segundo semestre dando bons resultados

O Programa de Formação Político-Sindical e Educacional 2013, organizado pela Secretaria de Formação da APP-Sindicato está em sua II Etapa Estadual, com o tema “Estado, Educação e Movimentos Sociais na América Latina” (21 a 23 de julho). A programação busca sintonizar o debate da educação enquanto América Latina e foi inspirada pelo Seminário Internacional da Educação, promovido pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) e contou com a participação da APP no Movimento Pedagógico Latino Americano.

A I Etapa aconteceu de 2 a 4 de maio, que contou com a participação de 240 educadores de todo Estado, abordou o tema “Estado, Educação,

Democracia e Participação Popular”. O enfoque dado foi o dos debates da Conferência Nacional de Educação (Conae), bem como a aprovação e implantação do novo Plano Nacional de Educação (PNE). A secretária Educacional, professora Walkíria Olegário Mazeto, avaliou o impacto da I Etapa na preparação para a Conae.

“Os educadores puderam se qualificar para as intervenções nas conferências municipais, entendendo esse espaço como o de construção de Políticas Públicas para a Educação e defesa da pauta histórica da APP-Sindicato. Também saíram com mais propriedade do processo prático de organização da conferência (foram 214 em todo o Paraná) e como tarefa realizaram debates

nas escolas e mobilizaram os demais trabalhadores, pais e estudantes”, explicou.

Também faz parte do Programa de Formação o ‘Cinema Militante’, que tem como objetivo analisar a política e a representação dos movimentos sociais em produções cinematográficas. Em sua primeira edição, em junho de 2013, foram três filmes seguidos de debates com representantes sindicais, professores e entusiastas de cinema. A próxima edição está prevista para outubro.

Tanto as Etapas de Formação como o Cinema Militante fazem parte de uma parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que emite os certificados de extensão para os participantes.

APP recebe prêmio ‘Educando para a Diversidade Sexual’

A Secretaria de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Direitos LGBT da APP-Sindicato recebeu o prêmio “Educando para o Respeito à Diversidade Sexual”. A entidade foi premiada pelo Curso de Formação para Educadores e Educadoras das Redes Estadual e Municipais de Ensino e pelo I Seminário Estadual por uma Escola Sem Homofobia: Avanços e Desafios, realizado no mês de maio deste ano.

A professora Elizamara Goulart Araujo, diretora da Secretaria que conduz este debate com o conjunto de sindicalizados e sindicalizadas em todo o Paraná recebeu o certificado de reconhe-

cimento e enfatizou que as iniciativas atingiram, desde 2009, aproximadamente oito mil trabalhadores e trabalhadoras em Educação, através dos cursos de formação promovidos em parceria com diversos movimentos sociais e instituições de ensino superior, envolvendo-os no debate sobre a temática dos direitos humanos com enfoque na população LGBT e no combate a homofobia.

“A APP busca o reconhecimento da diversidade presente no ambiente escolar. Isso possibilita aos educadores(as) uma atuação voltada para a garantia de uma educação que respeite as necessidades

individuais e coletivas do conjunto de estudantes e da comunidade. O processo de formação e debates, iniciados no ano de 1994, com o então Coletivo de Combate ao Racismo, avançou a cada ano e contribui para fortalecimento da luta sindical e pela educação pública de qualidade”, afirma a diretora.

Esta edição do prêmio foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), em parceria com o Centro Paranaense da Cidadania (Cepac) e o Grupo Dignidade. Idealizada pela Aliança Global para Educação LGBT (GALE).

Esta luta é de todos(as) nós!

*O Brasil está melhor!
Mas pode melhorar
muito mais! Este foi o
recado dado nas ruas*

Tudo começou com um pequeno e isolado protesto em São Paulo, no começo de junho pela redução da passagem do transporte público. Em menos de 20 dias mais de um milhão de brasileiros, espalhados, ao mesmo tempo em quase 400 cidades do país saíram às ruas. Diz-se que é a maior “onda” de manifestações já vista no Brasil.

Muitas das reivindicações foram atendidas, caíram reajustes aplicados ao transporte coletivo, em uma reação em cadeia que atingiu diversas cidades, incluindo grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Em três semanas, conseguiram modificar a agenda de trabalho e influenciar decisões dos governos federal, estaduais e municipais.

Em contrapartida vimos a repressão da polícia militar, a mídia partidária, manipuladora e parcial, um vandalismo travestido de indignação e muitos brasileiros saindo às ruas sem pauta clara, apenas “contra tudo e contra todos”. Foi quando os movimentos e entidades sociais se deram conta da sua importante contribuição

para estas novas manifestações.

Percebendo a real motivação destas mobilizações, de uma constante e comum insatisfação dos rumos que o país tem tomado, é possível traçar algumas reivindicações muito fortes como a ampliação de recursos para as políticas sociais, além de uma mudança na organização política do país. A maior parte dos manifestantes nutre-se por um desejo de mudança e o desejo de uma participação mais efetiva da população nas decisões políticas da nação.

O papel dos movimentos sociais fica claro, quando se vê a necessidade de um aprofundamento no debate, para uma sistematização das pautas e elaboração de uma estratégia unificada de reivindicação.



• Manifestantes de entidades e movimentos sociais se reúnem em Curitiba para ato unificado no dia 29 de junho

APP nas ruas

Neste sentido, já que a presença nas ruas, historicamente, tem sido uma marca da APP-Sindicato e dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Paraná, é hora também de unir forças, principalmente na defesa de mais investimentos na educação.

Por várias vezes, com nobreza e firmeza, professores(as) e funcionários(as) têm dado nas ruas verdadeiras aulas de cidadania, a fim de levar aos governantes e a população geral a importância do investimento sólido na educação e na valorização dos seus profissionais.

No dia 26 de junho a APP se manifestou em nota pública sobre as manifestações, apoiando e colocando em pauta as reivindicações da categoria:

“Saúdamos as manifestações que ocorrem no país e, ao mesmo tempo, demonstramos nossa satisfação em ver a defesa de mais investimentos na educação como uma das reivindicações presentes. Agora, o desafio de

toda a sociedade brasileira é de transformar esta bandeira de luta em políticas e ações concretas para o fortalecimento da educação pública no Brasil. Para isto, nós professores e funcionários de escolas temos propostas concretas, construídas a partir de estudos, debates e das lutas históricas em defesa da educação pública de qualidade”.

Dentre as propostas se destacam a aprovação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação, a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação, efetivação do pagamento do valor do Piso Nacional Profissional do Magistério em todos os estados e municípios, implementação da escola de tempo integral, dentre outras.

No dia 29 de junho a APP mobilizou a categoria para sair às ruas, em um ato unificado das organizações sociais de Curitiba. Os educadores se destacaram durante o ato e exigiram a valorização do trabalhador da educação, a isonomia salarial, 10% do PIB para a educação, a redução do número de alunos por sala de aula e educação no “padrão FIFA”, questionando o dinheiro gasto com a Copa.

Além disso, todas as reivindicações têm sido debatidas em todo país por ocasião da realização das conferências preparatórias a II Conferência Nacional de Educação, que ocorre em Brasília no mês de fevereiro de 2014. A APP tem acompanhado e participado em todo o Estado deste esforço coletivo do conjunto da sociedade em construir uma política educacional sólida e estratégica para o nosso país.

O país está em ebulição, um importante capítulo da história está sendo produzido, como resultado do alinhamento de diversas situações, desejos e inquietações populares. E é preciso levar nossas bandeiras de luta para as ruas. “Por isto conclamamos a toda comunidade escolar para fortalecer nossas bandeiras, a fim de que a luta pela melhoria da educação não seja apenas um discurso simpático e difuso de que a educação precisa melhorar. Queremos, e o Brasil precisa, de uma educação pública de qualidade!”, finaliza a nota postada no site da APP.

Projetos de iniciativa popular mobilizam classe trabalhadora

Campanhas pela Reforma Política e Democratização da Comunicação são destaques nas manifestações pelo Brasil



• Vem do povo, das ruas o desejo de mudança.

Em todo o Brasil o dia 11 de julho de 2013 foi marcado pelo Dia Nacional de Luta. Uma grande mobilização nacional organizada pela CUT e seus sindicatos e demais centrais sindicais, foi realizada em defesa da classe trabalhadora. Houve atos, paralisações e greves.

O objetivo da mobilização foi destravar a pauta da classe trabalhadora no Congresso Nacional e nos ministérios. As forças sindicais buscavam mais investimentos na educação, redução da jornada de 40 horas, transporte público de

qualidade, reforma agrária e urbana, a não aprovação das terceirizações dos serviços públicos, reavaliação dos sistemas de pedágio e a garantia da liberdade política, sexual e religiosa.

Dentre todas essas reivindicações duas grandes pautas tem mobilizado o Brasil, a democratização da comunicação e a reforma política. Ambas, com propostas de lei de iniciativa popular e que segundo os organizadores são pontos de extrema importância quando se fala de democracia brasileira e garantia de direitos.

Iniciativa popular

Em nossa Constituição Federal está permitida a apresentação de projetos de leis pelo Legislativo, Executivo e pelo povo. A chamada iniciativa popular é garantida quando 1% da população eleitoral nacional adere, mediante assinaturas, a um projeto. O que só é possível quando a sociedade se organiza, discute e propõe mudanças.

Atualmente foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) e segue para o plenário, uma proposta de emenda (PEC 3/2011) à Constituição que facilita a apresentação de projetos de iniciativa popular. Reduzindo para 0,5% do total de eleitores o número de assinaturas necessárias para o início da tramitação de projetos desta origem.

Eleições transparentes

Nas ruas manifestantes expressam a sua insatisfação com o alto índice de corrupção e velhas práticas políticas entre a classe política do país. Neste sentido entidades que já mobilizaram a sociedade para a criação da Lei da Ficha Limpa, lançaram mais uma campanha que desta vez quer atacar as causas da corrupção: o atual sistema eleitoral e seu financiamento.

O projeto de lei da Campanha Por Eleições Limpas prevê o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas, limite para doação de pessoa física para partidos, eleição para o Legislativo (vereador, deputado estadual ou distrital e deputado federal) em dois turnos - primeiro para a definição de quantas cadeiras por partido e depois a escolha de candidatos em uma lista -, além de mais liberdade de expressão dos cidadãos em relação ao debate eleitoral, principalmente na internet.

Percebe-se que uma grave distorção do processo democrático está no sistema eleitoral, por isso a Reforma Política Democrática apresenta o caminho para aprofundar a democracia, garantindo a ampliação da representação política da maioria da sociedade, valorizando o papel do eleitor e contribuindo para o fim da corrupção eleitoral.

Para mais informações sobre a campanha acesse, o site: www.eleicoeslimpas.org.br.

Para expressar a liberdade

50 anos. É a idade da lei que orienta o serviço de comunicação no Brasil. Uma lei que já não atende ao objetivo de ampliar a liberdade de expressão e não acompanha os avanços da convergência tecnológica.

Neste sentido a campanha "Para expressar a liberdade - Uma nova lei para um novo tempo" do Movimento por uma Lei de Mídia Democrática propõe um projeto de lei que mude esse quadro e discuta com a sociedade brasileira, um tema no qual os meios de comunicação comerciais evitam tocar, justamente porque questiona a sua dominação.

Dentre os eixos principais do projeto de lei estão: divisão do sistema nacional de comunicação em privado, estatal e público conforme previsto na Constituição, criação de um Fundo Nacional de Comunicação Pública para auxiliar no sustento do sistema público, limite na concentração de verbas publicitárias, proibição da propriedade cruzada, fim ao monopólio, banda larga para todos, criação de espaços que possibilitem diversidade e pluralidade na produção de conteúdos e criação do Conselho de Comunicação.

Para mais informações sobre a campanha, acesse o site: www.paraexpressarliberdade.org.br